

Ajuda Memória

110ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor - Biênio 2023/2025

Área de Proteção Ambiental Marinha Ecológica do Litoral Norte (APMLN), Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião (ARIESS)

No dia 17 de abril de 2025, através do aplicativo Teams, às 14h15min, iniciou-se a 110ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor (CG) da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (APMLN) e Área de Relevante Interesse Ecológico de São Sebastião (ARIESS).

PAUTA:

- 1. Abertura**
- 2. Aprovação da Ajuda Memória 109ª Reunião**
- 3. Informes**
- 4. Etapa 4 do Pré-sal**

Abertura

Gabriela (APMLN) deu as boas-vindas a todos e todas. Explicou que se trata de uma reunião integrada entre APMLN, Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA) e Parque Estadual de Ilhabela (PEIB) para retomar o processo de licenciamento da Etapa 4 do Pré Sal. Justificou a ausência de Priscila (gestora PEIA) por motivos de saúde, informou que a reunião será gravada e falou sobre os combinados para o bom andamento da reunião.

Após uma rodada de apresentação das equipes da Fundação Florestal (FF) envolvidas, Marcio (Gerente do Litoral Norte da FF) ressaltou a importância da integração do Litoral Norte e da comunicação em mão dupla com o CONSEMA. Relembrou que a Etapa 4 do Pré Sal foi debatida em 2021 e 2022, seguida por um congelamento por motivos como a greve do IBAMA, e retomada agora. Lembrou que houve manifestações técnicas dentro de alguns conselhos que geraram uma nota técnica geral da FF, além do fortalecimento da participação de conselhos municipais, instituições e movimentos do terceiro setor, que resultaram em complementações ao processo de licenciamento. Mencionou a inserção de novos impactos ao processo, como os provocados pelos navios aliviadores e as mudanças climáticas, que trazem muito potencial de ação. Falou que é importante chamar mais instituições para o debate, porque essa pauta sobrecarrega os conselhos e frisou a responsabilidade pela análise das condicionantes já existentes e das que serão propostas, mas advertiu que há um rito legal a ser seguido. Acrescentou que a discussão de forma integrada não inviabiliza discussões pontuais de cada conselho.

Gabriela (PEIB) explanou que a reunião não será para rever ou propor condicionantes, mas para apresentar o histórico e as condicionantes da Etapa 3.

Gabriela (APAMLN) acrescentou que se houver tempo vai ser discutida a aprovação da ajuda memoria da 109ª reunião do CG-APAMLN e serão passados alguns informes; caso não haja tempo, esses pontos serão enviados por e-mail

Etapa 4 do Pré Sal

Gabriela (APAMLN) lembrou que no começo havia poucas condicionantes e era difícil obter os documentos, mas agora se participa até do termo de referência (TDR) para o EIA/RIMA e há dezenas de condicionantes. Passou o histórico da Etapa 4: elaboração de parecer do GT Pré Sal da FF sobre o TDR do EIA/RIMA em resposta ao IBAMA (2020); análises do EIA/RIMA por vários conselhos das UC do Litoral Norte, que as enviaram ao GT Pré Sal da FF, que elaborou uma nota técnica (2022); audiências públicas em Caraguatatuba e Ilhabela (2023), audiência pública em São Sebastião, recebimento da resposta da Petrobras à nota técnica do GT Pré Sal da FF e envio pelo IBAMA da nova versão do EIA/RIMA para a FF, com prazo para manifestação em 60 dias (2025).

Ana Laura (APAMLN) apresentou o EIA/RIMA. Mencionou que são previstos 10 projetos de desenvolvimento de produção, todos em SP e RJ, a pelo menos 178,1 km da costa e profundidade de perfuração de 1880 m, e tempo da operação em 4 a 30 anos. Disse que todas as unidades de produção são estacionárias do tipo FPSO, que são flutuantes, capazes de produzir, armazenar e transferir a produção para os navios aliviadores, com algumas delas com previsão de instalação em 2025, e mostrou um mapa com a localização. Apresentou os critérios para definição das áreas de estudo, direta ou indiretamente impactadas pelas atividades: áreas de instalação do empreendimento, áreas usadas por embarcações e aeronaves envolvidas, áreas sujeitas a impactos por descarte de efluentes, vazamento de óleo e invasão de espécies exóticas, municípios com instalações industriais e de apoio às atividades, municípios da rede de fornecedores de insumos e serviços, municípios beneficiários de royalties, municípios com atividade de pesca, aquicultura e turismo sobrepostas com atividades da operação ou com áreas de risco de toque de óleo. Falou que sobre esses critérios houve alterações desde a primeira versão do EIA/RIMA: São Sebastião foi contemplada por ser área sujeita aos impactos da operação dos navios aliviadores, por possuir terminais recebedores de óleo; por fazer parte da rede de municípios fornecedores de insumos e serviços, por ser beneficiária de royalties por causa do gasoduto (este critério também incluiu Caraguatatuba) e por possuir atividade de pesca, aquicultura e turismo devido à rota dos navios (este critério também incluiu Ilhabela). Mencionou os critérios para definição da área de influência: área de instalação do empreendimento, áreas usadas por navios e

aeronaves envolvidas, áreas sujeitas ao descarte de efluentes, municípios que possuam instalações industriais e de apoio, municípios da rede de fornecedores de insumos e serviços, municípios beneficiários de royalties, municípios com atividade de pesca, aquicultura e turismo sobrepostas com atividades da operação. Explicou os critérios para definição da área de influência quanto aos meios físico e biótico: áreas de instalação da Etapa 4, áreas usadas por embarcações e aeronaves envolvidas, áreas suscetíveis aos impactos do descarte de efluentes e os mostrou em um mapa. Apresentou os critérios para definição da área de influência quanto ao meio socioeconômico: municípios com presença de portos e aeroportos, centros administrativos, gasodutos de exportação, unidades de tratamento de gás, municípios da rede de fornecedores de insumos, municípios que tenham previsão para se tornarem beneficiários de royalties, municípios que desenvolvem atividades de pesca e aquicultura e turismo em sobreposição com as atividades previstas e os mostrou em um mapa, destacando que os municípios do Litoral Norte estão contemplados para a maioria dos critérios. Comentou que as UC na área de influência foram elencadas no estudo, como APAMLN, PEIA, PEIB, ARIESS, entre outras. Discorreu sobre a matriz de impactos, que enumerou 132 impactos. Falou sobre impactos efetivos e potenciais, sendo que os potenciais resultam de acidentes da operação. Citou os programas ambientais, destinados a acompanhar, monitorar, controlar ou mitigar os impactos ambientais, realizados de forma contínua e com abrangência regional, como o Plano macrorregional de gestão de impactos sinérgicos das atividades marítimas de produção e escoamento, o Projeto de monitoramento das atividades pesqueiras da Bacia de Santos, o Projeto de prevenção e controle de espécies exóticas invasoras e incrustantes, o Monitoramento de praias, entre outros.

Berenice (TAMAR) perguntou por que Ubatuba não foi incluída como município que desenvolve atividade de turismo em sobreposição à atividade petrolífera, considerando que no PEIA existe atividade de turismo.

Ana Laura (APAMLN) respondeu que o EIA/RIMA explica minuciosamente a escolha das áreas e que a resposta pode estar lá.

Gabriela (APAMLN) sugeriu solicitar para que Ubatuba entre na área de influência pois há justificativa para isso.

Gilda (Ilhabela Sustentável) pontuou a necessidade de rever a tabela de critérios, porque Ilhabela não tem porto, mas está em frente a um e sofre as consequências, e também não está dentro dos critérios do meio socioeconômico, apesar de receber mais royalties, que geram um afluxo de pessoas indo morar em Ilhabela. Questionou se vai adiantar discutir o EIA/RIMA se a Etapa 4 começará a ser instalada já em 2025.

Ana Flavia (AARCCA) comentou que se busca com IBAMA e Petrobras medidas para prevenir o atropelo de embarcações e a presença de redes, que trazem risco de morte aos pescadores, já com casos fatais em Paranaguá e São Sebastião. Acrescentou que o tráfego de navios tem muita influência em Ubatuba e precisa ser considerado.

Gabriela (APAMLN) lembrou que no licenciamento da Equinor o Litoral Norte foi incluído porque seus pescadores atuam na área do RJ.

Pedro Koehler (IBAMA) explicou que Ubatuba foi incluída por possuir atividades de pesca que se sobrepõem às atividades petrolíferas e que quanto ao turismo parece não haver uma relação tão direta.

Lara (OTSS) recordou que se lutou bastante para incluir os navios aliviadores no processo e para isso foi feita a correlação com as atividades de pesca e turismo, e Ubatuba e Caraguatatuba ficaram de fora por serem consideradas distantes do tráfego desses navios, mas entendeu que essa não inclusão não faz sentido porque o litoral é contínuo.

Jade Torres Branco considerou estranho incluir novos impactos, mas não ter novas condicionantes e frisou a necessidade de haver projetos estruturantes.

Mia (VIVA) perguntou se o IBAMA analisou o que foi solicitado pela FF para depois fazer os pedidos à Petrobras.

Gabriela (PEIB) respondeu que sim e que agora se analisa o EIA/RIMA revisado, com prazo até o final de maio/2025.

Mia (VIVA) considerou que o IBAMA pode não ter tramitado para a Petrobras tudo o que foi solicitado pela FF e perguntou se o EIA/RIMA veio resumido.

Gabriela (PEIB) respondeu que o IBAMA faz uma análise técnica e não vai considerar qualquer condicionante, e que o EIA/RIMA não veio resumido.

Mia (VIVA) recordou que dentro do GT Licenciamento foi solicitada uma nova forma de apresentação do EIA/RIMA, porque é um absurdo ter que ler tudo.

Gabriela (APAMLN) considerou melhor focar nas solicitações feitas pela FF e nas justificativas apresentadas.

Mia (VIVA) perguntou se há como saber o que o IBAMA solicitou à Petrobras.

Gabriela (APAMLN) respondeu que o EIA/RIMA revisado veio com sinalização sobre o que há de novo e o que já veio de antes e que acredita que o IBAMA tenha encaminhado tudo à Petrobras.

Berenice (TAMAR) insistiu em avaliar porque Ubatuba ficou de fora, porque o turismo náutico de Ubatuba está sendo desconsiderado e depois pode acontecer algo por não ter sido incluído agora.

Santiago (FCT) pontuou que não é novidade a Petrobras desconsiderar várias coisas e que o petróleo afeta todos os segmentos. Considerou haver uma inversão da narrativa, porque as atividades pesqueiras e de turismo já estão no território e que quem está se sobrepondo é a Petrobras, colocando no território sempre o protagonismo da matriz energética. Falou que existe uma colcha de retalhos de condicionantes enquanto a

atividade petrolífera destroi o território e que já ouviu que condicionante condiciona pouco ou nada quanto à mitigação. Apontou a bizarrice de parte de Ubatuba estar incluída, mas o município todo não e que o estudo técnico é colocado como uma pedra de granito, apesar de não ser algo definitivo por ser passível de interpretação. Classificou o formato de audiência pública como pré-fabricado que nada define e ressaltou a importância das reuniões públicas com cada setor.

Gabriela (APAMLN) parabenizou as comunidades pela cartilha de perdas e danos, que pode ser absorvida pelas UC que tiverem confluência e também ser trazida para a solicitação de condicionantes.

Pedro (IBAMA) explicou que o IBAMA encaminha o documento da FF sem filtragem para a Petrobras e exige a resposta e que às vezes a Petrobras responde em documentos específicos atendendo à manifestação das UC.

Mariana (Associação Força Caiçara) apontou que a área de influência do gasoduto deveria incluir Ilhabela também porque interfere em Búzios e na ilha Vitória, onde há comunidades em que falta água, e disse acreditar que é por isso que não teve estudo, porque passou entre as duas ilhas e mexeu com o solo.

Marcio (GLN) explicou que no EIA/RIMA revisado uma das bases de consulta foi a Nota Técnica FF nº 8/2022, que pode ser consultada para ver se os pontos nela solicitados foram atendidos, ao invés de ler o EIA/RIMA todo. Explicou que foi considerado que a rota dos navios aliviadores não é confrontante o turismo em Ubatuba e Caraguatatuba de forma direta, mas considerou justificável fazer um contraponto, como foi feito no licenciamento da Equinor, que previa intervenção a partir de Paraty, mas se verificou interferência na pesca em Ubatuba, porque há pescadores de Ubatuba que pescam em Paraty. Lembrou ainda que impactos ao meio socioeconômico e impactos às UC são quadros diferentes.

Ana Flavia (AARCCA) lembrou que atrás da ilha do Mar Virado passam navios e que existe risco de abalroamento. Sugeriu instalar um sistema de rastreamento para que os navios vejam os barcos e criar um mecanismo para que o dono de embarcação tenha reparação para não ficar desamparado quanto à salvaguarda da vida. Frisou a importância do diálogo do IBAMA com a Petrobras para ter essa reflexão, porque nas reuniões públicas há vários relatos de atropelamentos.

Gabriela (APAMLN) perguntou sobre os locais dos acidentes com abalroamento para constar no documento com fatos.

Ana Flavia (AARCCA) respondeu que no momento não consegue porque está nos relatórios das reuniões públicas, mas pontuou que o diálogo nas reuniões públicas com IBAMA e Petrobras está muito bom.

Gilda (Ilhabela Sustentável) lembrou que há barcos que vão de Ubatuba e Caraguatatuba para Ilhabela e vice-versa e que há um consórcio entre os municípios do Litoral Norte e Bertioga com relação ao turismo que acontece nesses municípios de forma conjunta, com quem se pode conversar para tentar incluir os dois municípios faltantes.

Caetano (Colônia Z-8) apontou a necessidade do fortalecimento das entidades e de um apoio estrutural à cadeia produtiva, porque até agora nada chegou para a pesca. Considerou necessário incluir todo o Litoral Norte, porque há embarcações de Caraguatatuba que ficam no porto de São Sebastião e porque o turismo é bem maior que o colocado nos documentos da Petrobras porque chega ao Litoral Sul.

Gabriela (APAMLN) considerou haver nexo causal para pensar em condicionantes de apoio à estrutura da cadeia produtiva da pesca no GT Licenciamento.

Wagner Vargas Legnini perguntou se há um relatório estatístico de ocorrências, acidentes e mortes para evitar que aconteça novamente.

Ana Flavia (AARCCA) respondeu que agora é que se olha mais para isso e sugeriu um formulário para as pessoas informarem em caso de acidentes.

Gabriela (APAMLN) pontuou que isso pode virar uma condicionante ou pode ser feito o registro de outras formas.

Misty (Instituto de Cultura Oceânica – ICO) escreveu no chat que o ICO questiona os modelos hidrodinâmicos utilizados pela Petrobras, validados pelo IBAMA e mantidos na revisão e está protocolando mais um documento junto ao Ministério Público porque não houve considerações quanto aos apontamentos trazidos na primeira audiência quanto aos equívocos nos modelos utilizados. Acrescentou que as condicionantes são feitas em cima de dados e impactos muito provavelmente subestimados. Demonstrou insatisfação porque a Petrobras utiliza um modelo sabidamente errado para a região, ao invés de utilizar seus dados de monitoramento, que permitem melhorar o modelo. Questionou quem vai se responsabilizar caso haja impactos não previstos pelo empreendimento. Acrescentou que como representante da OSC deixa registrado que acompanham a questão e deixam todos cientes dos problemas identificados, ainda que não haja muita aderência na discussão do momento.

Benedita colocou no chat a importância de olhar para o gasoduto e ilhas no entorno.

Silmara (ICMBIO) escreveu no chat que o NGI Alcatrazes já finalizou a Nota Técnica para a análise do EIA/RIMA e vai compartilhar nos grupos dos conselhos.

Angélica Souza perguntou no chat por que a APAMLN e a FF não cobram que a Petrobras faça um projeto pra ajudar as famílias que estão nas ilhas sem água e esquecidas pelo Poder Público e pelo Estado, que só exigem que os nativos sigam à risca o que pede o Plano de Manejo da UC, apesar de já estarem lá antes que a UC fosse criada.

Gabriela (APAMLN) respondeu que as pessoas sem água nas ilhas precisam ser incluídas, mas lembrou que as condicionantes precisam ter nexos causais com os impactos. Lembrou que também pode ser feita uma manifestação quanto ao EIA/RIMA para incluir todos esses apontamentos.

Luiz Eduardo escreveu no chat que a Capitania dos Portos talvez mantenha registro sobre os acidentes e reforçou sobre a importância dessa questão.

Ana Flavia (AARCCA) respondeu que há diálogo quanto à questão dos atropelos de embarcações e também com o Projeto Petrechos.

Gabriela (APAMLN) respondeu que o link para a condicionante sobre petrechos perdidos foi o abalroamento com os petrechos e que essa condicionante pode ser ampliada. Mencionou que as condicionantes das Etapas 1 e 2 estão praticamente cumpridas e passou a abordar as condicionantes da Etapa 3.

Julia (GLN) discorreu sobre o escopo da Etapa 3, cujo andamento é pauta de reuniões periódicas entre FF e Petrobras: A condicionante 1 (capacitação de pescadores de SP) atualmente está no quinto curso (POP1), que já vai começar no Litoral Sul e Centro e, no segundo semestre, em Ubatuba e São Sebastião. As condicionantes 2, 6 e 15 (estudos sobre a biologia do bagre branco) são de interesse pesqueiro, já foram concluídas e estão na fase de elaboração do relatório de atendimento da FF para Petrobras. A Condicionante 3 (monitoramento das concentrações de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos) é considerada concluída pela Petrobras. A Condicionante 4 (avaliações ecológicas rápidas nas áreas de UC) está no aguardo de um relatório de metagenômica, mas caminha para a finalização e descobriu o banco de rodolitos na ilha das Couves, que pode agregar conhecimento à região. Quanto às Condicionantes 5, 10 e 11 (espécies exóticas), a 5 e a 11 foram contempladas pelo PPCEX do IBAMA, enquanto a 10 é o PMASCC, atualmente paralisado, mas com previsão de nova licitação sobre controle e monitoramento do coral sol. A Condicionante 7 (manutenção e aprimoramento do envio dos resultados dos programas ambientais associados ao empreendimento) já se considera parcialmente finalizada. A Condicionante 8 (material informativo de conservação ambiental) gerou materiais para todo o Litoral, com algumas placas já foram instaladas e outras em construção. A Condicionante 12 (projeto de avaliação, monitoramento, remoção e caracterização dos petrechos de pesca) está em fase de finalização, com oficina prevista para maio/2025 e discussão sobre sua renovação. A Condicionante 13 (seminários e simpósios e encontros acadêmicos regionais) terá seu GT retomado e o processo licitatório está acontecendo, com previsão de execução para julho e agosto de 2025. Quanto à Condicionante 14 (correntes marinhas da região), a Petrobras aguarda manifestação do IBAMA para prosseguir. A Condicionante 16 (avaliar o potencial de turismo de base comunitária com piloto em Ubatuba) foi incorporada ao projeto Redes e vai ter um alinhamento para definir os próximos passos. A Condicionante 17 (capacitação e treinamento de moradores para emergências) tem previsão para um

treinamento para instituições em julho/2025 e para pescadores em 2026. A Condicionante 18 (monitoramento de cetáceos) foi considerada finalizada pela Petrobras.

Gabriela (APAMLN) explicou que essas condicionantes foram trazidas pelas UC do Litoral e que elas podem vir de vários lugares e serem estendidas para outros lugares.

Jade Torres Branco pontuou que faltam condicionantes estruturantes para atender às necessidades dos pescadores porque há um déficit de estrutura muito grande, ainda que os cursos estejam ajudando. Apontou que não se vê o dinheiro dos royalties porque São Sebastião está em emergência financeira devendo R\$ 900 milhões. Afirmou não querer a continuidade da extração do petróleo porque em caso de acidente todos serão afetados e lembrou ter ouvido que condicionantes não resolvem coisa alguma e são apenas um prêmio de consolação. Recordou que fez consulta nas audiências públicas e que praticamente ninguém foi a favor.

Gabriela (APAMLN) contou que já houve processos sobre condicionantes estruturantes, como fazer fábrica de gelo, mas isso precisa ser entendido melhor para ser retomado a fim de ajudar as cadeias produtivas.

Ana Flavia (AARCCA) argumentou que o Projeto Petrechos tem um nome muito complexo e que precisa ser alterado, podendo ser Projeto Petrechos Perdidos, porque falar em petrechos abandonados ou descartados é uma ofensa porque a maioria das comunidades possui consciência e não vai descartar um petrecho de R\$ 7 mil reais de qualquer forma. Mencionou que no Projeto Redes foi trazido de uma forma muito didática para as comunidades sobre como propor condicionantes e citou os PPA para aprendizagem como projetos estruturantes, que vão apoiar muito na geração de renda, além de muita coisa pela frente que vai agregar. Pontuou que as condicionantes não são a melhor solução, mas ajudam para ao menos minimizar algumas questões do licenciamento ambiental.

Mara (ASSONA) questionou se há preocupação em treinar pescadores e moradores pra agir corretamente em caso de acidentes, como é feito no Plano diário do porto organizado, que faz simulados.

Gabriela (APAMLN) respondeu que em algum momento houve treinamento para pescadores, que dispunham de materiais, equipamentos e receberiam uma diária para fazer o serviço.

Ana Flavia (AARCCA) ressaltou que isso poderia acontecer por regiões até duas vezes ao ano, com pescadores apoiando, e que as condicionantes abrem um leque de opções para fortalecer educação diferenciada, cultura e TBC.

Mara (ASSONA) falou que o IBAMA está fazendo um TDR para incluir as marinas do Litoral Norte na resposta a eventuais acidentes no canal de São Sebastião. Apontou que

um plano de emergência ou um simulado é muito complexo e que se isso fosse uma condicionante talvez fizesse mais sucesso.

Gabriela (APAMLN) falou que é justificável pedir algo nesse sentido.

Gilda (Ilhabela Sustentável) sugeriu apresentar as condicionantes no sentido da efetividade, para não ficar apenas no cumpriu ou não cumpriu, mas para ver se elas valeram a pena, e citou a fábrica de gelo de Ilhabela, que funcionou por três anos, mas não teve acompanhamento e parou de funcionar.

Gabriela (APAMLN) falou em aprimorar as condicionantes para que elas tenham um acompanhamento contínuo para o negócio andar sozinho.

Venancio (Instituto de Pesca) explicou que o nome do Projeto Petrechos é enorme porque foi colocado conforme o que estava no contrato, mas no contato com as comunidades se percebeu que o nome era inadequado e adotou-se o nome Projeto Petrechos de Pesca em toda a comunicação.

Pablo (Assessoria de Licenciamento – FF) pontuou que o atendimento às condicionantes traz benefícios não somente aos territórios, mas também para a gestão deles e que os resultados obtidos com os levantamentos da Petrobras ao longo do tempo permitem montar uma base de consulta para todos. Citou a Condicionante 1 da Etapa 3, sobre capacitar os pescadores e a região para ter outras formas de renda caso haja algum vazamento que impacte os recursos pesqueiros, como os cursos de POP1, GPS, manutenção de motor, e que agora precisa ter sua efetividade avaliada. Chamou a atenção para as mudanças climáticas e mencionou o parecer técnico nº 141 do IBAMA, que definiu o eixo da transparência, em que a Petrobras precisa fazer o inventário das missões, o eixo de monitoramento, sobre como mitigar as emissões, e o eixo da compensação, que reconhece que a Petrobras tem papel fundamental no contexto das mudanças climáticas e precisa chegar a soluções e compensações sobre o tema.

Gabriela (APAMLN) frisou a necessidade de falar sobre mudanças climáticas nas reuniões do GT Licenciamento, considerando a questão dos impactos cumulativos e impactos sinérgicos.

Jade Torres Branco falou que a fábrica de gelo ilustra que não basta vir o projeto sem pensar na continuidade. Elogiou o processo desenvolvido no Projeto Redes e nos cursos para entender sobre o processo de condicionantes e licenciamento, que permitiu protocolar na audiência pública um pedido de condicionante estruturante em nome de várias associações. Reforçou a necessidade de estruturar as comunidades impactadas, porque se tiver um acidente igual ao do Nordeste vai acabar o modo de vida caiçara, porque já existe especulação imobiliária, grandes empreendimentos e o porto. Considerou importante ter projeto de pesquisa, mas perguntou o que isso impacta na vida de quem vive no litoral e na cultura tradicional caiçara.

Mia (VIVA) ficou com dúvida quanto à condicionante sobre cetáceos, porque foi mostrado que está concluído.

Julia (GLN) explicou que essa condicionante se considerada atendida, mas não concluída, conforme os parâmetros colocados.

Mia (VIVA) apontou que no licenciamento da Equinor foi solicitada a presença de observador a bordo, mas não foi atendido e não houve explicações. Mencionou que conforme o projeto de monitoramento de cetáceos (PMC) há muitas espécies nessas áreas, inclusive a baleia azul e frisou a necessidade ter observador a bordo nas plataformas e nos barcos, além de estação acústica, e por essa razão essa condicionante não pode ser considerada concluída. Propôs incluir no GT Licenciamento a questão dos observadores de megafauna.

Marina (VIVA) colocou que as implementações precisam ser bem colocadas e a longo prazo, além de cobrar a efetividade.

Gabriela (APAMLN) falou que o monitoramento tem que ser permanente e que isso pode ser solicitado já dentro do PMC.

Mia (VIVA) lembrou que até o fim da operação são trinta anos e que ela pode falar com a empresa que executa o PMC.

Gabriela (APAMLN) pontuou que isso poderia entrar como adendo no contrato, que seria mais fácil que colocar uma condicionante nova. Informou que as falas foram anotadas para serem discutidas no GT Licenciamento. A seguir explicou que para a análise do EIA/RIMA há uma grande planilha para dividir o trabalho conforme a expertise de cada um e com apoio dos conselhos das UC envolvidas. Informou que a ideia é retomar o GT Licenciamento da APAMLN e expandi-lo para PEIA e PEIB para facilitar os esforços e fazer a conversa integrada para elaborar a manifestação, propor condicionantes e pensar em ajustes ao EIA/RIMA mediante negociação com o IBAMA, com foco nos impactos das UC da área de influência. Apresentou a proposta do cronograma: fazer reuniões do GT Licenciamento nas sextas-feiras de maio (9, 16 e 23) pela manhã e finalizar em uma nova reunião integrada com os conselhos de APAMLN, PEIA e PEIB em 29/05 para fechar a manifestação a ser submetida à FF, que por sua vez irá enviá-la ao IBAMA. Apresentou a cartilha de perdas e danos, que pode ser utilizada na discussão e lembrou que no passado o pedido de condicionantes era uma lista de desejos, mas agora já tem documento estruturado, que mostra a evolução dos territórios. Agradeceu à participação dos conselhos, instituições públicas e sociedade civil, porque as equipes das UC, embora muito competentes, são reduzidas, para fazer um documento que reflita as necessidades do território. Informou que vai enviar documentos para estudo, como o EIA/RIMA, a manifestação técnica da FF, a resposta da Petrobras e a manifestação do ICMBIO.

Mia (VIVA) perguntou se haverá acesso ao documento enviado pelo IBAMA à Petrobras.

Pablo (Assessoria de Licenciamentos – FF) respondeu que foi disponibilizado e será compartilhado, com os pareceres do IBAMA, que citam as solicitações da FF.

Mia (VIVA) sugeriu distribuir funções no GT Licenciamento porque quer ver a parte de cetáceos com mais detalhe, e também porque não faz sentido todo mundo analisar tudo.

Gabriela (APAMLN) falou que vai ser sistematizado o que foi trazido na reunião para depois dividir no GT Licenciamento. Lembrou que agora a discussão será como Litoral Norte, para enviar à FF, que vai compilar e responder como FF. Falou que podem ser convidadas pessoas de outras UC, mas pontuou que essas UC já devem fazer seus próprios processos.

Mia (VIVA) disse que a parte de cetáceos é contínua e pode ser tratada no GT Cetáceos.

Gabriela (APAMLN) falou em fazer uma reunião extra do GT Cetáceos.

Geraldo (ICMBIO) comunicou que já foi encaminhado o parecer do NGI Alcatrazes para o grupo da APAMLN, PEIA e PEIB.

Pedro (IBAMA) sugeriu em uma das reuniões falar sobre os impactos cumulativos e se comprometeu a organizar a atividade como interesse pessoal de sua tese.

Gabriela (APAMLN) colocou que esse assunto será tratado em algum momento para ser incluído na manifestação.

Teka (OTSS) perguntou se o GT Licenciamento é aberto a quem não é do conselho e se a discussão vai ser por temas, como a gestão de desastres.

Gabriela (APAMLN) respondeu que as reuniões são abertas a todas as pessoas, precisando apenas do contato para inserir no mailing para fazer o convite. Acrescentou que ainda não se conseguiu pensar em como fazer as reuniões do GT Licenciamento.

Luiz Eduardo colocou no chat que gostaria de participar.

Gabriela (APAMLN) falou que foi anotado e informou que para quem é do CG-APAMLN será feito um encaminhamento para saber quem tem interesse em participar.

Ana Flavia (AARCCA) ressaltou a importância da cartilha das perdas e danos, que é um instrumento de luta para todo o território, inclusive para o turismo, com olhar mais amplo sobre questões como os impactos cumulativos. Destacou a importância da participação das comunidades para atuar de fato dentro do processo de decisão.

Gabriela (APAMLN) parabenizou pelo trabalho e falou que as condicionantes já estão dando resultado, como o projeto Redes e o Povos. Afirmou haver uma diferença gritante quanto a condicionantes, participação e articulação do Litoral Norte com relação a outros territórios. Agradeceu pelas presenças e encerrou a reunião.

Lista de presença:

Ada Andre Pinheiro

Alexandre Gomes Da Costa

Alpha Marine

Ana Flavia Salai Pinto

Ana Laura Apamln

Andreia Martucci Esteves - Prestserv

Angélica De Souza

Arlaine Francisco

Atílio - Sector / Pmi

Ayrton - Iousp

Barbara Moura Banzato - Prestserv

Benedita Aparecida Leite Costa

Berenice

Bruna Gandufe

Bruna Gandufe Pmi

Carlos Alberto De Oliveira

Carlos França / Ico

Carla Beatriz Barbosa

Caetano_Colonia_Z8

Colonia_Z8_Caraguatatuba/Sp

Colônia Dos Pescadores De Ilhabela

Daniel Franco

Davi

Estêvão Romane - Amabsul

Fabio Luciano Pincinato

Felippe Postuma

Felippe Postuma Pmss

Felipe De Queiroz

Fernando Villarrubia Pino

Ff/Gerência Litoral Norte

Fundacao Florestal - Parque Estadual Ilha Anchieta

Fundacao Florestal - Parque Estadual Ilhabela

Fundacao Florestal Parque Estadual Ilhabela

Gabriela Tibiriçá Sartori

Geraldo De Franca Ottoni Neto

Giovana Cioffi

Gilda Nunes

Gilda Nunes Iis

Gladys

Humberto Gallo Jr

Isaias Cortes

Isabelle Avolio - Projeto Baleia Jubarte

Jade Torres Branco

Jociani Debeni Festa

Lais Coutinho Zayas Jimenez

Lara Bueno Chiarelli Legaspe

Lucas - ApamIn

Lucila Pinsard Vianna

Luís Eduardo - Pesca Caraguatatuba

Marcio Jose Dos Santos

Mara - Assona

Mariana Cruz França

Marina Leite - Viva

Marinaleitemar

Maysa Da Mata Silveira

Mayla - Apamln

Melina Scarassati Galvani

Mia Morete Viva

Misty - Ico

Misty Rizzo

Pablo Campregher

Pablo Campregher Ff

Pedro Henrique Wisniewski Koehler

Rafaela Souza Pbj

Renan Lima - Meio Ambiente Prefeitura Ubatuba

Rosa Maria De Oliveira Machado Mancini

Santiago Fct

Sg Reis Delssebastiao

Silmara Erthal

Simone

Tami - Instituto Argonauta

Teka - Otss

Thais Lobo Dos Santos

Transkriptor

Venâncio Guedes De Azevedo

Vânia

Wagner Vargas Legnini